

METAMORFOSES METROPOLITANAS E REGIONAIS

O urbano, o regional e a metropolização do espaço

Sandra Lencioni (Universidade de São Paulo – USP)

Oséias Teixeira da Silva (Instituto Federal Fluminense – IFF)

RESUMO GERAL

O crescimento urbano contemporâneo tende a se dar de uma forma que, por um lado, dissolve os limites entre unidades espaciais que anteriormente eram facilmente diferenciáveis, como entre a cidade e o campo, entre a cidade e o subúrbio etc.; enquanto, por outro lado, amplia as formas de interação entre centros urbanos e permite que hábitos e modos de vida que anteriormente eram tipicamente metropolitanos passem a estar presentes em áreas urbanas não metropolitanas. O processo de metropolização se manifesta como retalhos desordenados e desiguais, transformando as estruturas preexistentes, engendrando morfologias urbanas com características específicas e se constituindo num fenômeno multiforme e contraditório a expressar um novo ciclo urbano e uma determinação histórica dos dias atuais, embora não torne obsoletas as outras manifestações do fenômeno urbano, sobrepondo-se a elas.

Essas mudanças estão diretamente ligadas às transformações no sistema produtivo, com a ascensão do regime de acumulação flexível, que passa a demandar novas configurações urbanas que viabilizem o seu funcionamento. Neste novo momento, as atividades tendem a se dispersar e a se reconcentrar segundo outros padrões, à medida que as empresas se organizam e passam a operar cada vez mais em rede. Tais dinâmicas geram uma enorme gama de transformações, desde a redução da demanda por trabalho até o aumento da necessidade dos deslocamentos cotidianos, uma vez que não apenas a economia passa a se organizar em rede, mas a própria vida passa a se organizar em rede, de modo que a proximidade territorial deixa de ser um parâmetro importante de vivência e construção de identidades.

Regiões dispersas e polinucleadas são produzidas e cada uma delas apresenta coesão interna que define os seus limites. Desenvolve-se uma metropolização regional polinucleada que constitui regiões. Essa região não é de fácil apreensão, uma vez que uma de suas características principais é a dispersão, mas seus limites podem ser percebidos pela coesão que o conjunto apresenta. Os deslocamentos de toda ordem, bem como os movimentos pendulares, são uma de suas características mais marcantes. Há uma coesão interna regional

dada não só pela economia, mas também pela vida cotidiana. As regiões metropolitanas (monocêntricas) também contêm esses movimentos, como igualmente alguns aglomerados não metropolitanos. O que é específico a essas regiões que vêm emergindo é que na policentralidade que lhes é inerente o centro principal não subordina as atividades produtivas e terciárias de toda a região.

Dentro dessa gama de transformações há que se destacar o papel da produção imobiliária capitalista, que passa, em muitas situações, a condicionar o ritmo e o direcionamento da expansão da mancha urbana, papel que anteriormente, especialmente nas metrópoles, cabia principalmente à indústria. A forma eixo emerge possivelmente como forma privilegiada nestas reestruturações, concentrando fluxos e aglutinando fixos caros à metropolização do espaço, desde intervenções urbanas mais localizadas a escalas bem mais amplas, identificadas com a megarregião.

Vivemos em um momento histórico no qual os processos de metropolização regional e acumulação financeira são hegemônicos na reprodução ampliada do capital e do espaço. Na regionalização metropolitana brasileira, a megarregião Rio de Janeiro – São Paulo é a forma mais acabada da metropolização regional e da concentração e centralização do capital financeiro, apontando para a necessidade de pesquisas tanto no âmbito teórico-metodológico, no que tange à atualização de teorias clássicas, como a da megalópole – que já abordavam a dinâmica de urbanização regional, fato que atualmente se configura na realidade de uma megarregião no contexto latino-americano, por exemplo –, quanto no domínio dos estudos dos processos espaciais que constituem essa grande integração metropolitana e regional, como a financeirização imobiliária e a dispersão da indústria.

Em suma, estamos assistindo ao desenvolvimento de uma metropolização regional policêntrica que é produtora de regiões que diferem, na sua essência, das regiões metropolitanas características da fase fordista. O exemplo paradigmático no Brasil é o da constituição de uma megarregião que tem, como duas metrópoles principais, Rio de Janeiro e São Paulo, de onde advém o nome de megarregião Rio de Janeiro – São Paulo. Um traço que diz muito, que tem o sentido de unidade, embora cada uma delas não perca seu próprio significado.

A compreensão dessas transformações exige um trabalho teórico prático, tanto no sentido de resgate da análise crítica de abordagens clássicas, como a proposição de novas abordagens, como a megarregião. Com esse objetivo em mente, podemos afirmar que, nesta sessão livre, o diálogo entre o urbano, o metropolitano, o regional e o financeiro na contemporaneidade está no foco central das apresentações que serão realizadas. A sessão reúne pesquisadores do grupo de pesquisa Metamorfoses Metropolitanas e Regionais, vinculado ao Laboratório de Estudos Regionais em Geografia (LERGEO), que funciona no âmbito do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).

FINANCEIRIZAÇÃO, PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA E PRODUÇÃO DA NATUREZA EM UM CONTEXTO DE GLOBALIZAÇÃO

Oséias Teixeira da Silva (Instituto Federal Fluminense – IFF)

A crise global do sistema fordista na década de 1970 e a intensificação do processo de globalização implica em um momento de ruptura no modelo de produção dos espaços urbanos que resulta em um tecido urbano cada vez mais disperso, com o predomínio de empreendimentos instalados sob a forma de enclaves. Essa nova lógica de produção do espaço urbano está diretamente ligada às estratégias do capital financeiro, que começaram a ver o urbano como um setor crucial de realização dos lucros financeiros (Fix, 2011). Se "o mercado imobiliário se mobiliza" (Lefebvre, 2008) como uma estratégia de reprodução capitalista, temos uma forma de produção urbana que se torna uma tendência dominante a nível global, onde a expansão urbana é imediatamente produzida como um elemento central do processo de acumulação capitalista resultando diretamente na dispersão urbana. Uma das consequências dessa dispersão é, ao mesmo tempo, uma acentuada degradação da natureza e uma produção de uma segunda natureza diretamente inserida na produção imobiliária. O presente trabalho tem como objetivo discutir os paradoxos desse processo de dispersão que se viabiliza utilizando um discurso de encontro com a natureza ao mesmo tempo que a destrói e a recria como um simulacro dócil.

O CONCEITO DE MEGARREGIÃO E A MEGARREGIÃO RIO DE JANEIRO-SÃO PAULO

Sandra Lencioni (Universidade de São Paulo – USP)

Na fase de desenvolvimento capitalista que nos encontramos dois fatos têm sido objeto de reflexão na busca de seus desvendamentos: a financeirização, entendida como a hegemonia do capital financeiro e o desenvolvimento de verdadeiros arquipélagos urbanos. A urbanização cada vez mais difusa, em que a metrópole se estende desmesuradamente exigiu o desenvolvimento de novos conceitos como o de cidade-região, metápoles e megarregião, dentre tantas abordagens e nomenclaturas surgidas nas últimas décadas para expressar o processo de desconcentração metropolitana que transforma e reorganiza a rede de cidades ao mesmo tempo que desenvolve novos vínculos com a economia global. A discussão proposta diz respeito ao conceito de megarregião e tem como referência espacial a megarregião Rio de Janeiro – São Paulo analisando aspectos de integração dessa região e os vínculos que ela tece com a economia global por meio dos fluxos de importação e exportação.

DA REGIONALIZAÇÃO METROPOLITANA À METROPOLIZAÇÃO REGIONAL NO BRASIL

Eudes Leopoldo (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA)

A regionalização metropolitana brasileira é composta por regiões metropolitanas reais e formais e os demais espaços que não ganham tal qualificação. É uma nova forma de falar da história do território brasileiro como geografia da produção de regiões, cujas divisões regionais técnicas ou teóricas foram suas últimas expressões. O que antes era apenas uma representação espacial, a partir da criação das primeiras regiões metropolitanas, passa a ser uma regionalização prática, na medida em que o político vai mobilizando o econômico, o social e o cultural. Desse modo, passa-se da regionalização metropolitana à metropolização regional. Há uma fragmentação, homogeneização e hierarquização de espaços, nos quais as regiões metropolitanas, enquanto momentos de uma totalidade social ganham protagonismo e operam na agenda da produção e difusão das formas e conteúdos do capitalismo metropolitano-financeiro. Move-se no cerne da regionalização metropolitana a reprodução da metrópole, que regionaliza espaços, evidenciando o crescente controle e dominação sobre uma determinada região. Estamos falando da formação de grandes regiões de caráter supermetropolitano como a rede de regiões metropolitanas, a cidade-região e a megarregião, constituindo novas condições de reprodução e acumulação do capital.

ESTRUTURA PRODUTIVA E DIFERENCIAÇÃO REGIONAL NA MEGARREGIÃO RIO DE JANEIRO – SÃO PAULO

Regina Tunes (Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ)

A égide do capital financeiro, as transformações produtivas e no mundo do trabalho associadas à reestruturação produtiva e à metropolização do espaço são determinações históricas contemporâneas e hegemônicas que dirigem o atual ciclo de expansão do capitalismo. Ainda que hegemônicas, no sentido que dão direção e movimentam de forma ampliada a acumulação do capital e a produção do espaço na contemporaneidade, estão longe de se desenvolver de forma homogênea mesmo dentro de um contexto de metropolização regional. Isso significa levar em consideração e reconhecer no âmbito metropolitano as diferenças produtivas, técnicas e de condições gerais de produção que evidenciam redes produtivas desiguais e reforçam disparidades regionais. Essa comunicação dará ênfase especial a análise da presença e a constituição de redes produtivas industriais na megarregião São Paulo-Rio de Janeiro.

ENCONTRANDO A FORMA EIXO EM DISTINTAS ESCALAS DO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO

Matheus Cavalcanti Bartholomeu (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio; Universidade Federal Fluminense – UFF)

O conceito de eixo pode ser discutido mais ampla e rigorosamente do que a tradição da Geografia ou do Planejamento Urbano e Regional nos últimos anos tem feito. Ao tomá-lo

como mais do que mera via e dar foco a sua multidimensionalidade, ao processo a que se relaciona, a sua imbricação com fluxos e fixos e a seu modo de organizar, compreendemos a pertinência de se trabalhar com ele. Revelar esta pertinência é precisamente o objetivo aqui. A forma eixo pode ser percebida em distintas escalas do processo de metropolização do espaço. Numa escala mais ampla, identificada com o regional, o eixo serve de importante vetor para a dispersão e difusão, por todo o espaço, das materialidades e imaterialidades relacionadas à esfera metropolitana e ele ancora a circulação entre os diversos núcleos da metropolização regional. Na escala da metrópole e seu entorno, múltiplos eixos estruturam a mancha urbana e sua organização, passando por formatos que vão desde aquele nitidamente pluriaxial radial ao tipicamente circular. Na escala intra-urbana, por fim, os eixos materializam as possibilidades de rentabilidade diferencial na produção imobiliária do espaço e têm condicionado e produzido, em grande medida, os padrões de distribuição de fluxos e fixos pela cidade.